

## COLÔMBIA E VENEZUELA: TENSÃO NAS FRONTEIRAS E O PAPEL DA UNASUL

### *Colombia and Venezuela: tension on the border and UNASUR's role*

*Fabio Luis Barbosa dos Santos<sup>1</sup>*

#### **Aspectos Estruturais: O Lado Colombiano**

Embora as origens do paramilitarismo na Colômbia remontem aos anos 1950 e no limite, às origens do conflito interno, foi nos anos 1980 que se intensificaram os nexos entre narcotráfico, paramilitarismo e Estado culminando no fenômeno descrito como “parapolítica”. A eleição parlamentar do notório traficante Pablo Escobar pelo Partido Liberal em 1982 traduz esta síntese. Embora a noção de paramilitarismo sugira grupos armados atuando à margem da legalidade, é equivocado interpretá-los como um “terceiro ator” em um conflito protagonizado pelo exército e as guerrilhas no país, pois são notórias as relações do paramilitarismo com as forças públicas, em sua origem, operação e pretensão desarme (GIRALDO, 1996; HYLTON, 2006; LOZANO, 2006).

Nos anos 1990, o paradoxal fortalecimento da guerrilha após o massacre da *Unión Patriótica* e das efêmeras tentativas de diálogo de paz entabuladas em Caracas e Tlaxcal, rompidas em 1992 pelo governo que então decretou “guerra integral” à insurgência, favoreceu o recrudescimento do paramilitarismo apoiado pelo Estado, em diferentes instâncias. Como governador de Antioquia a partir de 1994, Álvaro Uribe teve um papel decisivo em promover e legalizar milícias contrainsurgentes, que além de aterrorizar a população civil no bojo do enfrentamento contra a guerrilha, invariavelmente se vinculavam a atividades delitivas, borrando ainda mais a linha que separava a política do crime organizado no país (CEPEDA; URIBE, 2014). A partir do Estado, Uribe estimulou a criação das Cooperativas de Vigilancia Rural (Convivir), modeladas segundo as *rondas campesinas* peruanas e as *Patrullas de Autodefensa Civil* da Guatemala dos anos 1980, tentativas de armar o campesinato como aliado do Estado.

Quando as Convivir foram julgadas ilegais pela Suprema Corte do país, em 1999, em função dos numerosos massacres de civis que lhe eram atribuídos, muitos de seus membros simplesmente passaram para a *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC). Considerada a mais letal organização paramilitar do país, as

---

<sup>1</sup> Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo. (faboroso@gmail.com).

AUC também floresceram à sombra de Uribe, particularmente em Córdoba e Urabá. Nesta região bananeira, as taxas de homicídio atingiram a marca de 700 em cada 100 mil, quase cem vezes mais do que nos Estados Unidos no período (8 em cada 100 mil). Um ano depois do fim do seu mandato como governador, a taxa declinou para 300 por 100.000 (HYLTON, 2006, p.94).

Esta violência não esteve dirigida somente por finalidades políticas, mas foi funcional para aumentar a concentração de terra em benefício do governador e de seus aliados (CEPEDA; URIBE, 2014). Os métodos brutais de conquista territorial baseados em massacres e terrorismo que caracterizaram a AUC com a cumplicidade de Uribe se estenderam a outras regiões do país. Seguindo uma geografia coincidente com as plantações de coca, a organização comandada pelos irmãos Castaño se tornou protagonista do narcotráfico no país.

Se a trajetória da família de Uribe traz marcas indeléveis da relação com o narcotráfico – simbolizadas pelo helicóptero de Pablo Escobar que o levou ao encontro do pai, morto pelas FARC em 1983 – o projeto avançado pelo ex-presidente é de outra natureza: envolve a organização política de um setor diversificado e poderoso da sociedade colombiana, que faz da violência um meio de vida e da guerra um negócio:

Amparados em um discurso de autodefesa com o qual pretenderam legitimar-se, os paramilitares e seus gestores envolveram a população mais pobre na guerra oferecendo a possibilidade de ascensão social em um contexto adverso, criando um regime de terror e de cumplicidade que, distante de limitar-se à luta contrainsurgente, lhes permitiu conquistar terras, prefeituras, governos, vagas no congresso, controlar e silenciar a crítica, influenciar e participar na atividade econômica e buscar, segundo propuseram os que assinaram o célebre Pacto de Ralito, 'a refundação da pátria'. (CEPEDA; URIBE, 2014, p.76).

Quando em 1998 o conservador Andrés Pastrana venceu as eleições presidenciais com uma proposta de paz, criou-se uma zona desmilitarizada em território colombiano do tamanho da Suíça conhecida como “el Caguán”, dando início a um novo processo de diálogo. Para além dos entraves históricos a uma saída democrática para o conflito, houve um empenho explícito das AUC em sabotar as negociações, expressando um setor da sociedade que se opunha a qualquer entendimento (LOZANO, 2006). Ao mesmo tempo, as transnacionais que pagavam taxas às guerrilhas canalizaram recursos muito mais substantivos aos *lobbies* estadunidenses em favor de um encaminhamento militar do conflito. Afinal, a ambivalência do governo neste processo, em que as conversações não implicaram em uma trégua militar, se evidenciou na adoção do *Plan Colombia* em um momento em que os diálogos ainda estavam em curso.

Como era de se esperar, a ação militar se concentrou nas áreas sob influência da guerrilha, preservando intocadas as regiões dominadas pelo narcotráfico e o paramilitarismo. A partir de 2004 foi implementado, na esteira do *Plan Colombia*, o chamado *Plan Patriota*, que contribuiu para regionalizar o conflito, cujo ápice foi o bombardeio de bases das FARC em território equatoriano em 2008 (CALVO OSPINA, 2010). O paramilitarismo também transbordou as fronteiras nacionais, agravando o problema da criminalidade na Venezuela. No plano ideológico, o governo Uribe (2002-2010) negou o estatuto político da insurgência, premissa na qual se ancoraram os diálogos de paz precedentes, e surfou na retórica do combate ao terrorismo, mundializada após 11 de setembro de 2001. Ao categorizar as guerrilhas como organizações

terroristas, o governo negou as raízes políticas do conflito, assentando as bases para uma criminalização generalizada do protesto social.

Em contraste, o governo Uribe moveu montanhas para reacomodar os paramilitares à legalidade, em uma conjuntura internacional em que organizações como as AUC eram catalogadas como terroristas. Sob Uribe, a busca da paz com a insurgência se perverteu como a paz com os paramilitares. Este empenho culminou na promulgação da *Ley de Justicia y Paz* em 2005, que tem as características de um indulto aos paramilitares, tidos até então como criminosos políticos (LOZANO, 2006, p.99). Alguns passaram à legalidade, enquanto outros desmobilizaram as antigas organizações e constituíram as chamadas *Bandas Criminales* (“Bacrim”), que seguem atuantes. Casos mais salientes cumprem penas de até oito anos, e é com apreensão que se aguarda, em diversas regiões do país, a soltura iminente de alguns destes criminosos contra a humanidade.

Do ponto de vista socioeconômico, a dinâmica de violência e expulsão camponesa sob a égide de combate ao narcoterrorismo escalou a níveis paroxais, fazendo da Colômbia um dos maiores produtores de refugiados do planeta. Autores sugerem que, subjacente a esta massiva migração forçada provocada por situações em que há risco de vida, preside uma racionalidade econômica. Sob este prisma, a conjunção entre remoções forçadas e a expansão das plantações de palma africana (matéria-prima para biocombustível como a cana-de-açúcar), dos cultivos ilícitos, da mineração e da extração de petróleo, é analisada por diversos autores como uma “acumulação por espoliação”, segundo a categoria analítica proposta por David Harvey (HARVEY, 2006; BAUTISTA, 2013; ESTRADA ÁLVAREZ, 2009).

Quando Juan Manuel Santos se elegeu presidente em 2010, apresentou um discurso de continuidade em relação ao governo de Uribe, de quem foi Ministro da Defesa. Não obstante, a opção feita por Santos de reabrir o diálogo como via para a paz na Colômbia, estabelecendo a partir de 2012 um processo de negociação com as FARC em Havana, provocou um distanciamento em relação a Uribe. Por outro lado, não se observaram mudanças substantivas na política econômica ou nos programas sociais, e a criminalização dos movimentos populares prosseguiu, o que significa que as bases socioeconômicas da emigração permanecem (PASTRANA; VERA, 2012).

### **Estrutura e Conjuntura: o lado venezuelano**

Vista em perspectiva continental a eleição de Hugo Chávez à presidência da Venezuela em 1999 remete a um padrão, em que a implementação da agenda neoliberal provocou um agudo desgaste dos partidos convencionais, abrindo espaço para a eleição de candidatos alternativos, identificados historicamente com a esquerda, como Tabaré Vazquez no Uruguai e Lula no Brasil, ou simplesmente com uma alternativa à política prevalente, como Morales na Bolívia e Correa no Equador. Neste contexto, a singularidade do processo venezuelano foi a determinação com que seu presidente enfrentou os constrangimentos à mudança social, respondendo com uma radicalização progressiva da autodenominada “Revolução Bolivariana” quando seus congêneres frequentemente legitimaram o neoliberalismo (WEBBER, CARR; 2013).

No campo econômico pretendeu-se estimular atividades produtivas em diferentes frentes e estratégias, envolvendo desde a estatização de empresas, incentivos a empreendedores nacionais (a chamada “boliburguesía”), estímulos para formas cooperativas de produção no campo e na cidade, como as Empresas de Produção Social (EPS) e mais recentemente, a proposta de Zonas Especiais de Industrialização (ZEIs), entre outras. Em termos ideológicos houve uma radicalização, que se revela na incorporação de uma retórica anti-imperialista em 2003, conducente à proposição de um socialismo bolivariano ventilado a partir de 2004, que alguns descreverão como “socialismo do século XXI” (DIETRICH, 2005), e que se adensará com a proposição do Estado Comunal de 2006 em diante. No plano internacional floresceu uma política alternativa, enfatizando a integração regional como parte de uma estratégia orientada à multipolaridade, sinalizada com o lançamento da ALBA em 2004 (originalmente “Alternativa Bolivariana para as Américas”) em contraposição à ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas), a constituição da Petrocaribe em 2005, o ingresso no Mercosul em 2006, consumado em 2012, além de relações aprofundadas com países como China, Irã, Rússia e Bielo-Rússia. No campo social investiu-se em uma multiplicidade de programas, envolvendo desde uma política de segurança alimentar abrangente, entre a produção de alimentos (*Gran Mision AgroVenezuela*) e sua distribuição em mercados estatais (Mercal), até massivos programas de educação popular em diferentes níveis (Escolas bolivarianas, *Misiones Ribas* e Sucre, Universidade Bolivariana), passando por planos de assistência médica (*Misión Barrio Adentro*, com destacada participação de médicos cubanos), e um impressionante programa de construção de habitações populares (*Gran Misión Vivienda*), entre outros (LOPEZ MAYA, 2012; MONEDERO, 2013).

A política de investimento social a partir da renda petroleira, que se beneficiou de altos preços ao longo do último decênio, registrou inegáveis avanços sociais, atestados por diversos dados. Entre 2002 e 2010 houve uma redução de 48,6% para 27,8% da população em estado de pobreza na Venezuela, cifra que baixaria a 21,2% em 2012. Similarmente, observa-se uma redução de 22,2% a 10,7% da extrema pobreza, atingindo 6,5% em 2012. Estes números colocam o país no terceiro lugar da América Latina continental, depois de Argentina e Uruguai. Além disso, a Venezuela registra o coeficiente Gini mais baixo da América Latina (0,394), um índice que afeita o grau de concentração de renda. No campo do trabalho o desemprego caiu de 14,6% em 1999 para 6,4% em 2012, enquanto o emprego formal ascendeu de 53% para 57,5% no período. O número de matrículas em todos os níveis de educação subiu acentuadamente, assim como a extensão do sistema de aposentadoria (de 387.000 beneficiados em 1998 para quase 2,5 milhões em 2012), enquanto a mortalidade e a desnutrição infantil, decresceram. Como decorrência, o país registrou um avanço consistente de posições no índice IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) alcançando a posição 63 entre 187 países, situando-se no trecho considerado como “alto” da escala (WEISBROT; JOHNSTON, 2012; PLAN DE LA PATRIA, 2013).

Estes números, assentados em uma reapropriação da renda petroleira em prol do interesse público, sugerem que o processo bolivariano superou o legado social e econômico do neoliberalismo, recolocando o país na rota da nação. No entanto, a permanência de altos índices de criminalidade; a corrupção e a ineficiência estatal; o clientelismo; a cultura rentista; a dependência petroleira; a falta de soberania

alimentar; um padrão de consumo assentado em importações, indicam os limites entre o que foi realizado e a revolução que se projeta, quinze anos e dezessete eleições depois.

Estes limites se evidenciaram a partir da conjunção entre a morte de Chávez em março de 2013 e os problemas econômicos, que se acentuaram após a eleição de Nicolás Maduro. Os contornos gerais do processo são conhecidos. Em um contexto em que prevalece um câmbio fixo sobrevalorizado, o preço do dólar no câmbio paralelo arrancou de 12 bolívares em outubro de 2012, para atingir o pico de 88 bolívares no final de fevereiro de 2014. Este salto esteve vinculado à uma escassez de divisas em dólar oficial em meados de 2013, provavelmente associada ao substantivo incremento nos gastos públicos a partir de 2010, após cinco trimestres de recessão na sequência da queda no preço do barril de petróleo de U\$118 para U\$58 no final de 2008. O principal investimento canalizou-se à construção de casas do programa *Gran Misión Vivienda*, lançado em resposta a uma catástrofe natural que deixou milhares de desabrigados no Estado de Vargas. Mais além da motivação imediata, o programa sinalizou uma nova rodada de ações populares nos marcos de uma sequência de disputas eleitorais que se anunciava, e que acabou por consumir as finanças públicas e a saúde de seu líder máximo.

A escassez de divisas provocou uma disparada no preço do dólar paralelo onerando as importações, o que teve repercussões inflacionárias, afetando o poder de compra dos salários. A escassez de alguns produtos que se seguiu gerou compras nervosas com a intenção de estocar, o que por sua vez, agravou a escassez. O descolamento na relação entre o dólar o paralelo e o oficial, que saltou de uma relação de duas vezes acima do oficial para mais de dez vezes difundiu atitudes oportunistas, em que comerciantes importando ao câmbio oficial reajustavam seus preços segundo a variação do paralelo, agravando a pressão inflacionária. Neste contexto, o governo lançou uma banda cambial intermediária conhecida como SICAD 2, com o objetivo de esvaziar a demanda pelo dólar no paralelo e romper o ciclo de depreciação e inflação que se instalara. Assim, a partir de fevereiro de 2014 vigoram diferentes faixas cambiais: o dólar a 6,3 bolívares para a importação de bens essenciais; o Sicad 1, que neste momento estava na faixa de 10 bolívares, para itens secundários e viagens internacionais de venezuelanos; o Sicad 2, que segue o sistema de oferta e demanda com intermediação do Banco Central, que estava em torno de 50 bolívares; e por fim, o dólar paralelo, que naquele momento baixou para menos de 70 bolívares (RAMOS, 2014).

Não é o propósito deste texto detalhar os complexos mecanismos da crise presente e possíveis soluções. Mas indicar que, na crise atual, observa-se uma convergência entre a especulação financeira, que pressiona o preço do dólar apostando em uma desvalorização do bolívar, e a especulação comercial, que importa mercadorias ao dólar oficial para revendê-las à cotação paralela. No varejo, houve e há múltiplas expressões da atividade especulativa, como o fenômeno dos “raspacupos”, que compravam passagens em vôos internacionais para acessarem dólares à cotação oficial, posteriormente revendidos no paralelo, esgotando os assentos virtuais de aviões que, de fato, decolavam vazios (RAMOS, 2014).

No caso específico da fronteira com a Colômbia, os subsídios concedidos pelo governo como parte de sua estratégia de empregar a renda petroleira com finalidades redistributivas se traduz, na prática, em um incentivo incontrolável para o contrabando. Este fenômeno ocorre em pequena e grande escala,

envolvendo qualquer produto que se possa imaginar. Embora o caso mais conhecido seja o contrabando de gasolina, em função de um preço irrisório que sangra os cofres públicos anualmente, registram-se o escoamento de itens tão diversos como fraldas e eletrônicos, passando por alimentos e remédios, principalmente para a Colômbia mas não só: um carregamento de *filet mignon* foi apreendido na fronteira de Roraima. Carne aliás, originalmente importada do Brasil. Em suma, o empenho do governo em preservar o subsídio a itens de primeira necessidade impulsiona um comércio ilegal, do qual se beneficiam autoridades fronteiriças corruptas, em uma situação na qual os impasses socioeconômicos da conjuntura são manejados como uma oportunidade mercantil.

### A Crise

No dia 19 de agosto de 2015, o governo Maduro decretou o fechamento das fronteiras entre as cidades venezuelanas de Santo Antonio e Ureña, que colindam com Cúcuta na Colômbia. Na sequência, colombianos foram deportados em condições denunciadas como arbitrárias. O temor de novas deportações desencadeou, por sua vez, um fluxo espontâneo de emigração, precipitando a crise. Números da Organização das Nações Unidas (ONU) indicavam, um mês depois, 1.532 deportados, e 18.377 cidadãos que retornaram ao seu país de origem por receio dos desdobramentos da situação (GLOBO, 2015).

Embora o motivo circunstancial da medida tenha sido o assalto a uma patrulha venezuelana, que deixou três feridos, estava em curso desde o dia 13 de julho a "Operação de Libertação e Proteção do Povo" (OLP), com o objetivo ostensivo de combater diferentes expressões de delinquência na fronteira. Esta operação foi precipitada por uma sequência de episódios violentos nas semanas imediatamente anteriores, que incluíram: o assassinato do supervisor-chefe de Policaracas, Maicker José Vásquez Caraballo em 25 de junho; ataques a comissões do Exército e da Guarda Nacional destacadas para habilitar colégios para as eleições primárias do Partido Socialista de Venezuela (PSUV) previstas para 28 de junho, assaltadas em três escolas distintas nos arredores de Caracas. Um destes ataques foi perpetrado por um grupo de cerca de 50 homens portando fuzis e armamento de guerra; o assalto a uma delegacia por membros da facção criminosa *El Picure* na cidade de Barbacoas no dia 4 de julho, novamente com armamento de guerra, com o objetivo de liberar colegas encarcerados no local. O representante da Venezuela na UNASUL, Pedro Sassone, também menciona o controle do crime organizado sobre grandes conjuntos habitacionais, construídos nos marcos da *Misión Vivienda* (SASSONE, 2015).

As autoridades venezuelanas interpretaram esta sequência de eventos como parte de uma estratégia mais ampla de desestabilização do país, como se observa neste excerto publicado dias após o início da operação no sítio *Misión Verdad*, vinculado ao governo:

(...) el privilegiar a lo externo los conflictos limítrofes con capacidad de proyección hemisférica (Guyana, Colombia) y el terrorismo contra la población, parecieran ser las vías más eficaces (y privilegiadas) en el camino al acento desestabilizador, la agenda golpista, la instalación de un tiempo disruptivo (de guerra abierta) y el enrarecimiento o la propia cancelación del proceso electoral a finales de año (MISIÓN VERDAD, 2015).

Assim, deve-se inicialmente observar que o incidente que desencadeou o fechamento da fronteira e as sucessivas deportações ocorreu nos marcos de uma operação mais ampla, que está referida ao transbordamento das práticas delitivas associadas ao paramilitarismo colombiano e sua versão mais recente, as chamadas "Bacrim", que se tornaram um complexo problema social<sup>1</sup>. O pano de fundo deste processo é a massiva expulsão populacional ocasionada pela violência na Colômbia, que levou um representante do ACNUR a admitir em 2014 que o país era "campeão no número de deslocados", já que 400 mil colombianos viviam como refugiados no exterior (EL COLOMBIANO, 2014).

No entanto, a expansão das atividades delitivas associadas às Bacrim está relacionada a outros processos, de natureza econômica e política: as possibilidades de negócios ilegais rentáveis na Venezuela, vinculados principalmente ao contrabando, e uma conjuntura política polarizada, que gerou outros campos para a ação criminoso. No início dos anos 2000, foram encarcerados mais de cem colombianos no país por conspirarem para assassinar Hugo Chávez em coordenação com paramilitares e o Departamento Administrativo de Seguridad (DAS), o serviço de inteligência que responde ao presidente colombiano, que naquela ocasião era Uribe (2002-2006) (HYLTON, 2006, 116).

Porém, seria equivocado atribuir esta violência exclusivamente a causas externas ao país. A Venezuela tem altos índices de delinquência urbana e Caracas é considerada uma das cidades mais violentas do mundo, fenômeno que antecede ao processo bolivariano, mas que os avanços sociais registrados no período foram insuficientes para reverter. Evidentemente, os grupos criminosos que operam no país na atualidade estão integrados também por venezuelanos e há numerosos indícios de cumplicidade da polícia com a economia delitiva constatadas por quem atravessa a fronteira, inclusive como turista. Embora este seja um fenômeno mundial, que muitas vezes envolve as forças públicas de segurança, a especificidade do processo político venezuelano acrescenta um novo elemento, que está vinculado à dificuldade de comandar o Estado "ineficaz, corrupto, autoritário, indolente e despilfarrador" (MONEDERO: 2013, 18) herdado do *Pacto de Punto Fijo*.

Mais além das diferentes expressões de delinquência, o maior receio do governo venezuelano é que a crítica conjuntura atual sirva como caldo de cultivo para uma expansão territorial do paramilitarismo, replicando o que ocorreu no país vizinho. Este temor se expressa em palavras do ministro do Interior, Justiça e Paz, Gustavo González López, no mês anterior à crise:

Así se ha ido transfiriendo la experiencia colombiana, para tener ahora en el hampa organizada un organigrama de poder de incidencia que va de los sindicatos, pasa por el corretaje contraband-bachaqueo-dólar paralelo, cobra vacuna, maneja redes de extorsión, mueve la droga, revoluciona las armas, administra el sicariato y el secuestro exprés y comienza a 'encargarse de la seguridad'. Un trabajo territorial integral (MISIÓN VERDAD, 2015).

## O papel da UNASUL

Essa contextualização é fundamental para compreender as diferentes respostas à crise fronteiriça dos países envolvidos. Segundo o assessor da Secretaria Geral da UNASUL, Mauricio Jaramillo, os colombianos adotam em relação à crise uma "perspectiva conjuntural", enfatizando o que assumem ser uma "crise humanitária". Por outro lado, os venezuelanos pretendem endereçar os aspectos "estruturais"

subjacentes à tensão regional, identificados principalmente com o contrabando e o crime organizado. Em termos de estratégias diplomáticas esta diferença se reflete, no caso colombiano, no recurso a múltiplas instâncias internacionais, que incluem a UNASUL e a OEA, enquanto a Venezuela priorizaria o primeiro, de alcance subcontinental. A discrepância na abordagem resultou, na prática, na neutralização do potencial papel mediador destas instâncias, relegando a resolução das tensões ao plano bilateral.

Segundo a representante colombiana na UNASUL, a embaixadora Luz Estela Jara, seu país solicitou uma reunião de urgência à presidência pró-tempore deste organismo, exercida pelo Uruguai, no dia 27 de agosto, uma semana após o fechamento da fronteira (JARA, 2015). A data indicada, 8 de setembro, foi considerada muito distante pelos colombianos, alegando que uma solicitação similar feita pela Venezuela no contexto do decreto estadunidense declarando este país uma ameaça à sua segurança nacional, teria sido respondida com maior prontidão no início do ano. Do lado venezuelano, o delegado Pedro Sassone afirma que a data também foi considerada inoportuna, porque o presidente Maduro estaria em viagem à China na ocasião, levando importante comitiva.

Entretanto um *twitter* do Secretário Geral da UNASUL, o ex-presidente colombiano Ernesto Samper, desatou virulentas críticas à sua conduta. O texto dizia o seguinte: "Hace un año denunciarnos el peligro de la intromisión de paramilitares colombianos en Venezuela. Hoy se confirma q es una realidad." (EL UNIVERSAL, 2015). Esta declaração foi interpretada pela mídia corporativa no país como um endosso à versão venezuelana da crise. Vozes mais exaltadas, como o correligionário de Samper e também ex-presidente do país e ex-Secretário Geral da OEA, Cesar Gaviria, propuseram a retirada do país da UNASUL. No entanto, como comentou o Diretor de Assuntos Políticos e Defesa desta instituição, o diplomata boliviano Mauricio Dorfler, nenhum país pretende deixar a organização porque nunca se sabe quando se precisará da UNASUL. Certamente, o que Jara descreveu como o "desafortunado tweeter" serviu de combustível para disputas internas no país, seja entre os liberais como também no cenário mais amplo. A expectativa de que Samper tomasse o partido dos colombianos, incompatível com o seu papel, lastreou um intenso ataque midiático ao Secretário Geral e à organização como um todo. Neste contexto, esvaziou-se o cacife político da UNASUL para interceder na crise, fato que Jara considerou como uma oportunidade perdida.

Em paralelo, a Colômbia levou à votação na OEA uma proposta para que este organismo mediasse uma reunião entre os países. Equador, Bolívia, Nicaragua, Argentina e Brasil apoiaram o argumento venezuelano de que a UNASUL deveria ser o foro desta discussão. Ao final, a decisão foi apertada: faltou um voto para que a proposta colombiana vencesse, entre cinco votos contrários (Venezuela, Haiti, Equador, Bolívia e Nicarágua), onze abstenções (Granada, Panamá, República Dominicana, San Cristóbal e Nieves, San Vicente e as Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Antigua e Barbuda, Belice, Brasil e Argentina) e uma ausência (Dominica). O elevado número de países caribenhos que teve, na prática, uma conduta favorável aos venezuelanos é um indício da eficácia da política regional deste país, que tem como esteio a PETROCARIBE e como foro político, a ALBA.



Enquanto os Estados Unidos lamentavam o resultado da votação na OEA, a Colômbia replicou a derrota truncando as possibilidades de mediação por parte da UNASUL. A situação foi instrumentalizada para disputas domésticas, e ao mesmo tempo em que Samper estava sob ataque liberal, os setores mais radicais da direita instigaram o chauvinismo de que se alimentam, acusando o governo venezuelano de proceder "como Hitler hizo contra los judíos", afirmando que "la dictadura castrochavista de Venezuela está dedicada a infundir odio contra el pueblo colombiano" (BBC, 2015).

Do lado venezuelano, há indícios de que a crise também serviu para desviar o foco dos problemas econômicos e políticos internos, que tem se agudizado. Acentuam-se as acusações de conspiração internacional para desestabilizar o regime, ainda que o legado chavista iniba o chauvinismo, uma vez que o ex-presidente sempre enfatizou os laços históricos que irmanavam os dois povos, em contraste com os governos.

### Conclusão

Apesar da possibilidade de intercessão formal da UNASUL ter sido inviabilizada por disputas diplomáticas que, no fundo, expressam diferentes abordagens à resolução dos conflitos regionais e em última análise, ao próprio processo de integração, a mediação costurada pelo chanceler equatoriano Ricardo Patiño sugere um desenlace mais próximo da via sulamericana representada por esta organização, do que o panamericanismo identificado com a OEA. Afinal, não há nada natural em que seja o Equador a mediar o entendimento, uma vez que este país votou contra a proposta colombiana na OEA e há poucos anos, rompeu relações diplomáticas com a Colômbia no contexto de bombardeios ilegais em seu território. O país que historicamente tem a confiança dos colombianos para mediar conflitos envolvendo a esquerda é Cuba, que na avaliação de Jaramillo, cumpre um papel imprescindível nos diálogos de paz em curso em Havana.

Assim, chama a atenção que os representantes dos países envolvidos tenham se reunido em Quito, cidade que alberga a UNASUL, e que o outro governo a mediar as conversações tenha sido o uruguaio, país que exerce a presidência pró-tempore da organização. Embora formalmente a aproximação bilateral tenha sido facilitada por dois governos da região, existe a percepção de que foi a linha de atuação da UNASUL, ainda que não a sua institucionalidade, que prevaleceu. As posições mais radicais sugerindo a retirada da Colômbia da organização se mostraram estéreis, principalmente diante do esvaziamento prático do papel da OEA. A sugestão de Dorfler, de que nunca se sabe quando um país da região precisará da UNASUL, se fortalece.

Não obstante, a crise também evidencia os limites desta organização, e em última análise, do próprio processo de integração regional na atualidade. Portadores de projetos políticos divergentes, as dinâmicas que levam Colômbia e Venezuela a instrumentalizarem as tensões bilaterais em função de contextos domésticos e neste processo, a própria UNASUL, sintetiza as múltiplas dimensões do desafio de uma integração regional que não se limite a mediar conflitos e tirar posições conjuntas no cenário internacional, embora ambos papéis sejam importantes. Em última análise, as limitações da UNASUL revelam o estado incipiente da disposição política dos governos da região em priorizar a integração, o que

de todo modo é impraticável quando envolve países com políticas díspares como Colômbia e Venezuela. Assim, o atuar da UNASUL aparece condicionado pelo pragmatismo - um pragmatismo progressista, embora distante de um projeto pautado pelo desígnio de superar a articulação entre dependência externa e assimetria social, que faz da integração regional uma necessidade histórica.

## REFERÊNCIAS

- BAUTISTA, Sandra Carolina. **La paz como construcción social**. In.: ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo (coord.). Solución política y proceso de paz en Colombia. México: Ocean Sur, 2013.
- BBC. "**Qué se dice de la crisis de la frontera entre Venezuela y Colombia en Caracas y Bogotá?**" 25/08/2015. Disponível em: <[http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/08/150825\\_america\\_latina\\_venezuela\\_colombia\\_ambos\\_lados\\_fronteras\\_amv](http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/08/150825_america_latina_venezuela_colombia_ambos_lados_fronteras_amv)>. Acesso em: 21 set. 2015.
- CALVO OSPINA, Hernando. **O terrorismo de Estado na Colômbia**. Florianópolis: Insular, 2010.
- CEPEDA, Iván; URIBE, Alirio. **Por las sendas de El Ubérrimo**. Bogotá: Ediciones B, 2014.
- EL COLOMBIANO. 'Hay 400.000 colombianos refugiados en el extranjero: Acnur'. Redacción, 11/8/2014. Disponível em: <[http://www.elcolombiano.com/hay\\_400\\_mil\\_colombianos\\_refugiados\\_en\\_el\\_extranjero\\_acnur-AGEC\\_306305](http://www.elcolombiano.com/hay_400_mil_colombianos_refugiados_en_el_extranjero_acnur-AGEC_306305)>. Acesso em: 23 set. 2015.
- EL UNIVERSAL. '**César Gaviria plantea que Colombia salga de Unasur por postura de Samper**' 26/8/2015. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/150826/cesar-gaviria-plantea-que-colombia-salga-de-unasur-por-postura-de-samp>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo. **Construcción del modelo neoliberal en Colombia (1970-2004)**. Bogotá: Aurora, 2004.
- GIRALDO, Javier. **Colombia. The genocidal democracy**. Monroe: Common Courage Press, 1996.
- GLOBO. "**Colômbia e Venezuela chegam a acordo para normalizar relações**" France Press, 23/9/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/colombia-e-venezuela-chegam-a-acordo-para-normalizar-relacoes.html>>. Acesso em: 23 set. 2015.
- HARVEY, David. 'O "novo imperialismo": acumulação por espoliação'. In.: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. **O novo desafio imperial**. Socialist Register 2004. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- HYLTON, Forrest. **Evil hour in Colombia**. Londres: Verso, 2006.
- LÓPEZ MAYA, Margarita. **Democracia participativa en Venezuela (1999-2010). Orígenes, leyes, percepciones y desafíos**. Caracas: Fundación Centro Gumilla/ Universidad Católica Andrés Bello, 2011.
- LOZANO, Carlos A. **Guerra o paz en Colombia? Cincuenta años de un conflicto sin solución**. Bogotá: Ocean Sur, 2006.
- MISIÓN VERDAD. '**Operación liberación y protección del pueblo**'. Disponível em: <<http://misionverdad.com/la-guerra-en-venezuela/operacion-liberacion-y-proteccion-del-pueblo-analisis-de-fondo>>. Acesso em 20 set. 2015.

- MONEDERO, Juan Carlos. 'Venezuela y la reinención de la política: el desafío del socialismo en nuevos escenarios'. Em: **Observatorio Social de América Latina**, N. 33. Buenos Aires: CLACSO, 2013, ps. 15-37.
- PASTRANA BUELVAS, Eduardo; VERA PIÑEIRO, Diego. **De Uribe a Santos: continuidad o nueva orientación de la política exterior colombiana?** In: JOST, Stefan. Colombia: potencia en desarrollo? Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2012.
- PLAN DE LA PATRIA. **Segundo Plan de Desarrollo Económico y social de la Nación (2013-2019)**. Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2013.
- RAMOS, Felipe. **Entrevista a América Economía Brasil**, 16/04/2014. Disponível em: <<http://americaeconomia.com.br/content/oposicao-radicalizada-na-venezuela-perde-forca-porque-protestos-mais-violentos-pioram-econom>>. Acesso em: 9 set. 2014.
- WEBBER, Jeffery; CARR, Barry. *The new Latin American left. Cracks in the Empire*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2013.
- WEISBROT, Mark; JOHNSTON Jake. **'Venezuela's economic recovery: is it sustainable?'** Center for Economic and Policy Research, 2012. Disponível em: <<http://www.cepr.net/index.php/publications/reports/venezuelas-economic-recovery-is-it-sustainable>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

## ENTREVISTAS

DORFLER, Mauricio, Diretor de Assuntos Políticos e Defesa da UNASUL

JARA, Luz Estela, delegada da Colômbia na UNASUL

JARAMILLO, Mauricio, assessor da Secretaria Geral da UNASUL

SASSONE, Pedro, delegado da Venezuela na UNASUL

RODRÍGUEZ, Ronal. Docente universitário, pesquisador vinculado ao "Observatorio de Venezuela", da Universidad del Rosario, Bogotá.

*Recebido em 06 de outubro de 2015.  
Aprovado em 19 de novembro de 2015.*

## RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a recente tensão fronteiriça entre Colômbia e Venezuela à luz do papel da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Para realizar este objetivo, o texto realiza o seguinte movimento. Inicialmente, analiso a dimensão estrutural das tensões entre os dois países, que está referida a afirmação de governos de orientação política oposta. Em um segundo momento abordo aspectos conjunturais, analisando a maneira como a crise foi tratada pelos respectivos países, e os diferentes papéis atribuídos à UNASUL. Concluo o texto com observações relacionadas ao papel desta organização diante dos desafios da integração regional na atualidade.

**Palavras-chave:** Colômbia; Venezuela; UNASUL;

## ABSTRACT

The purpose of this article is to analyse the recent political tension on the border between Colombia and Venezuela, highlighting Union of South American Nation's (UNASUR) role in that context. To achieve this goal, the article undertakes the following movement. At first, I analyse the structural dimension of the tension between both countries, which is referred to the consolidation of governments that practice politics of opposed orientation. Then, I focus conjunctural aspects, analysing how the crisis was dealt by these countries, and the different roles identified with UNASUL in that context. I wrap the text with observations related to the role of this organization concerning the challenges to regional integration in the present.

**Keywords:** Colombia; Venezuela; UNASUR;